



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome

Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2007

Primeiro, eu quero cumprimentar o ministro Furlan,
O nosso presidente do Banco Central, Meirelles,
Nosso ministro Celso Amorim,
Cumprimentar o nosso assessor,
Estou vendo aqui o Paulo Coelho,
Meu querido José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu, na verdade, fiz questão de vir ao Fórum de Davos quase como se fosse uma necessidade política de falar num fórum em que, quatro anos atrás, eu fiz a minha primeira aparição pública num fórum internacional.

Foi aqui que ganhou destaque a idéia do programa Fome Zero. Um programa que visava minimizar o sofrimento de 11 milhões de famílias que, no Brasil, ganhavam ou viviam abaixo da linha da pobreza.

Terminado o primeiro mandato, eu posso dizer a vocês que embora não tenhamos feito tudo que nós gostaríamos de fazer, fizemos muito mais do que já tinha sido feito em qualquer outro momento da história do nosso País, em se tratando de política social.

Criamos o programa Fome Zero. Dentro do programa Fome Zero nós criamos o programa Bolsa Família, que hoje atende 11 milhões de famílias. Aquelas que recebem abaixo de 60 dólares por mês, per capita, recebem um auxílio do governo, com a obrigatoriedade de que as pessoas beneficiadas com os programas têm que colocar os filhos na escola, a mulher gestante tem que



fazer os exames pré-natais, e as crianças têm que tomar vacina.

Assumimos o compromisso de, até 2008, levar energia elétrica à casa de 12 milhões de brasileiros que não tinham energia elétrica. Já cumprimos metade do programa. No primeiro mandato levamos energia elétrica para 5 milhões de pessoas, ou seja, energia elétrica em que o governo arca com a despesa, o governo federal com 80%, os estados com 20%, e até 2008 nós iremos terminar em todo o Brasil para evitar que qualquer família possa ficar sem energia elétrica.

Ao mesmo tempo fizemos um programa de reforma agrária, em que atendemos 380 mil famílias, num total de 31 milhões de hectares desapropriadas para efeito de reforma agrária.

Possivelmente, o Brasil nunca tinha conhecido a política de crédito que fizemos para a agricultura familiar, saltando de 1 bilhão de dólares de financiamento na agricultura familiar para, praticamente, 5 bilhões de dólares na safra 2006/2007. Também o Brasil nunca tinha conhecido a política de microcrédito que nós fizemos nesses primeiros quatro anos.

Bem, acho que a quantidade de empregos formais criados no Brasil, pelo menos nas últimas duas décadas, a gente não tinha conhecido a criação de 5 milhões de empregos com carteira profissional assinada. E a economia, como disse o senhor Klaus, o Brasil vive um momento, eu diria, de auto-estima interna e de confiança externa, porque a nossa economia nunca esteve numa situação privilegiada como está hoje.

O Brasil não sabia crescer com inflação baixa, o Brasil não sabia exportar com o crescimento do mercado interno. Cada vez que a gente fazia a opção de crescer as importações, matava o mercado interno, cada vez que se voltava para o mercado interno, matava as exportações. E o Brasil aprendeu a combinar uma política de crescimento das exportações com o crescimento do mercado interno, controle da inflação com crescimento econômico, superávit comercial, superávit na conta corrente e reservas, como há muito tempo o



Brasil não imaginava que pudesse ter – 87 bilhões de dólares de reservas – o que deixa o Brasil numa situação altamente privilegiada, saldando suas dívidas com o FMI, com o Clube de Paris, sem que houvesse nenhum trauma, provando que democracia e seriedade são dois instrumentos eficazes para que a gente possa fazer as economias crescerem e as populações melhorarem de vida.

Mas não foi apenas no Brasil. Houve uma mudança importante na América do Sul nesses últimos quatro anos. O mapa geopolítico da América do Sul mudou, todos os governantes mudaram nesses últimos quatro anos, e todos os governos hoje, da América do Sul, com mais ou com menos ênfase, todos, sem distinção, têm compromissos sociais profundos que há muito tempo a nossa querida América não sentia.

Por isso, eu estou esperançoso de que nos próximos quatro anos, não apenas o Brasil, mas o continente sul-americano terá um papel extraordinário. Vocês acompanharam, nós dissemos no começo do mandato, que nós íamos trabalhar para mudar a geografia mundial, a geografia comercial do mundo, e eu espero que a Rodada de Doha possa garantir que se tenha uma mudança substancial, porque não tem outro jeito de acabar com a pobreza se não dermos oportunidade aos países pobres de se desenvolverem.

É preciso parar com a mania dos países ricos darem dinheiro para governantes que, às vezes, nem aplicam o dinheiro corretamente naquilo para o qual foi destinado. É preciso que o investimento seja em projetos de desenvolvimento, porque isso gera emprego, gera riqueza e gera melhoria na qualidade de vida do povo do Continente.

O Brasil fez essa opção pela América do Sul, depois o Brasil fez uma opção de nova integração com a África, com a Ásia, criamos o G-20, e hoje eu acho que ninguém pode falar em comércio exterior no mundo sem levar em conta a existência da América do Sul, a existência do Brasil, a existência da China, a existência da Índia, porque são países que estão passando por um



processo excepcional de transformação.

Terminado o primeiro mandato, nós não temos mais que ficar falando apenas das coisas que fizemos, temos que dizer agora o que nós queremos fazer. Neste segundo mandato, nós temos um outro compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro e com a América do Sul. Primeiro, vamos continuar trabalhando fortemente para a criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Nós estamos convencidos de que a América do Sul vai ter que se integrar cada vez mais. Para isso precisamos de uma boa política, de bons projetos e de boas políticas de integração. Não haverá integração sem ferrovia, sem rodovia, sem ponte, sem telecomunicações, sem integração aérea. Então, é preciso que haja, da nossa parte, a construção de projetos que permitam ao mundo enxergar que não estamos apenas fazendo discurso quando falamos de integração, mas estamos fazendo, com projetos concretos, obras que podem qualificar, para o mundo, a verdadeira integração, como a rodovia que estamos financiando no Peru, ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru, uma estrada de quase 1.800 quilômetros.

Pois bem, neste segundo mandato nós começamos o ano lançando um programa de desenvolvimento para o Brasil, um programa de desenvolvimento que leva em conta três aspectos. O primeiro aspecto são mudanças na política econômica, sobretudo na área de desoneração de vários setores da economia. Num segundo momento são medidas que estamos enviando ao Congresso Nacional para desobstruir os marcos regulatórios, para garantir que o Brasil tenha mais facilidade de colocar em prática os seus projetos. E o terceiro, uma definição de desenvolvimento regional, levando em conta as particularidades de cada região do País para que a gente possa, no que diz respeito a estradas, rodovias, ferrovias, portos, eletricidade, ou seja, um projeto que prevê um investimento de 236 bilhões de dólares até 2010.

Eu não assisti aos lançamentos dos outros programas que aconteceram no Brasil, mas aqui tem personalidades que participaram de outros. Eu duvido



que em algum momento da história do Brasil foi lançado um programa com a substância e com começo, meio e fim, como o programa que nós lançamos neste último final de semana. Um programa que prevê, sobretudo, o investimento de mais de 140 bilhões de dólares em habitação e saneamento básico. Nesses quatro anos nós queremos fazer uma pequena revolução, a começar pelas regiões metropolitanas, que é onde se concentra o grande déficit habitacional, sobretudo nas pessoas que ganham de 0 a 5 salários mínimos. É exatamente na região metropolitana que surgem os núcleos de violência, em função da desagregação da estrutura da sociedade por questões econômicas, por questões familiares e por outras questões que um dia a sociologia vai explicar e, quem sabe, a psicologia vai explicar. O dado concreto é que nós, ou atacamos isso agora, ou não iremos conseguir superar os obstáculos.

Além disso, nós temos o compromisso de fazer nesses próximos quatro anos, em cada cidade-pólo do Brasil, uma extensão universitária e uma escola técnica profissional. Temos o compromisso de levar a Universidade Aberta para reciclar os educadores brasileiros simultaneamente na sua própria cidade, sem precisar ninguém se dirigir à capital para fazer um curso. E temos um forte compromisso em tentar resolver o problema do analfabetismo no Brasil, que caiu muito, mas ainda é grande, e nós queremos ver se atacamos isso com muita força.

Este segundo mandato, para mim, é extremamente importante porque nós não temos que fazer mais comparação com nenhum outro governo. Nós agora temos que nos comparar conosco mesmo, e muito mais do que nos comparar, nós temos que trabalhar de forma a pensar qual o Brasil que a gente vai deixar para o próximo governo e para as próximas gerações.

Eu, particularmente, estou convencido de que o Brasil há muito tempo não vive um momento importante como o que está vivendo.

Eu digo sempre que na década de 50, quando o Brasil tinha como



presidente Juscelino Kubitschek, em que o PIB crescia à média de 7% ao ano, a inflação era de 23%, e o salário mínimo não crescia constantemente. Eu me lembro que no milagre brasileiro, de 1968 a 1973, quando a economia crescia em média 10% ao ano, e em 1973, quando o PIB cresceu 13,94%, o salário mínimo decresceu 3,4%.

Nos nossos quatro anos de governo, nós trabalhamos de forma muito harmônica e o salário mínimo cresceu todos os anos. Agora, fizemos uma proposta para o salário mínimo até 2023, fazendo com que o salário mínimo tenha um crescimento, todo ano, para que a gente possa dar sustentabilidade ao aumento da renda das pessoas mais pobres. É por isso que, no Brasil, os 50% mais pobres passaram de 10,49% da economia para 12,24%, um crescimento que há muito tempo não acontecia para a camada mais pobre da população.

Este é o Brasil que nós estamos tentando mostrar ao mundo, um Brasil que se encontrou consigo mesmo, um Brasil que está aprendendo fortemente que a consolidação do processo democrático do nosso País não está no discurso que temos capacidade de fazer, mas na capacidade de distribuição de renda que possamos fazer, para que o povo possa sentir, de forma muito categórica, que vale a pena acreditar na democracia, que a democracia é a possibilidade que elas têm de ver como um dirigente sindical, metalúrgico, pode chegar à Presidência da República. Portanto, elas poderão ter certeza de que através da democracia, vão conseguir conquistar as melhores condições de trabalho e as melhores condições de vida.

Eu gostaria, já pedi ao Meirelles, já pedi ao Guido, já pedi ao nosso companheiro Guido Mantega, eu acho que não falei no nome dele aqui na hora em que cheguei, e ao Furlan, para que a gente convoque os empresários europeus, americanos, ingleses, japoneses, para irem conhecer de perto, a partir dos meses de fevereiro, março e abril, o nosso Programa de Aceleração da Economia, porque esse é apenas o começo. E agora em março estaremos



lançando uma implementação de um programa educacional.

É importante dizer que nesses primeiros quatro anos nós fizemos 40 extensões universitárias, 62 escolas técnicas, e queremos melhorar isso muito mais porque entendemos que é através do conhecimento, da educação, do conhecimento científico e tecnológico que vamos mudar o Brasil.

Eu aprendi uma coisa, e está aqui o Garcia, da CAF, que pode dizer: eu tenho dito a todos os dirigentes sul-americanos que nós precisamos parar de viajar pelo mundo chorando a nossa miséria e encontrando culpado para a nossa desgraça. Nós precisamos entender que a nossa gente interna tem responsabilidade com o que aconteceu na América do Sul e no Brasil. Muitas vezes a responsabilidade é nossa e, ao invés de ficarmos procurando outros culpados, nós temos que dizer o que nós queremos fazer, assumir compromissos soberanos com o nosso povo e fazê-lo sem medo de errar.

É por isso que eu não poderia deixar de vir aqui, dizer para vocês que o Brasil definitivamente encontrou o caminho para se transformar em um país sério, um país respeitado no mundo e um país que aprendeu a andar de cabeça erguida, que não pede favores, exige direitos, e é por isso que nós estamos brigando, junto com o G-20, para que os países ricos adquiram a consciência de que se não houver um acordo na Rodada de Doha, não adianta culpar o Iraque, não adianta tentar achar que as guerras que acontecem pelo mundo serão resolvidas com ajuda financeira de quando em quando. É na possibilidade do crescimento econômico, da geração de empregos, da distribuição de renda, que nós vamos viver num mundo tranquilo.

Eu queria terminar dizendo a vocês que nós criamos o biodiesel, está aqui o presidente da Petrobras, nós estamos com um programa forte no Brasil. A partir de janeiro de 2008, todo o óleo diesel do Brasil terá 2% de biodiesel. Em 2013, nós vamos antecipar para 2010, nós teremos 5%, e não há por que a indústria automobilística brasileira não começar a pensar em produzir um motor totalmente a diesel, porque não há nenhuma razão para que a gente não use



biodiesel. O biodiesel gera emprego, gera renda, gera desenvolvimento, e o nosso programa poderia ser um exemplo, a ser financiado pelos países ricos aos países africanos e aos países da América Central.

Um país grande como os Estados Unidos e rico como os Estados Unidos, ao invés de ficar fazendo álcool de milho, que poderia servir para a gente criar galinha, criar porco, criar ração animal, poderia estar participando com os países pobres, financiando projetos para que através da soja, para que através do girassol, pare que através do dendê, para que através da mamona, para que através de tantos outros produtos a gente pudesse estar produzindo combustível limpo para o mundo, combustível não poluente, combustível gerador de empregos. Quem sabe, quando a gente chegar nesse momento, o mundo vá viver mais tranquilo, com menos guerra, e a gente vá poder então participar do Fórum Mundial de Davos, participar do Fórum Social Mundial com mais tranquilidade.

Eu já percebi que houve uma melhora no Fórum de Davos, porque já não tem tanta gente fazendo barreira para impedir que as pessoas venham aqui. Parece que, muitas vezes, os setores mais à direita acham que o Fórum Social virou menos de esquerda. Eu acho que o pessoal da esquerda está achando que o Fórum de Davos virou menos direita, então, já não precisa mais barreira para impedir as pessoas de participarem. Eu quero dar os parabéns a vocês porque a teimosia e a persistência de manter o Fórum permitiu que o mundo entendesse que o Fórum era uma necessidade para que as pessoas pudessem se encontrar, trocar idéias, convergir, divergir, mas cada um sair daqui sabendo que, por mais que façamos, sempre temos que fazer um pouco mais. Obrigado.

_____: (em inglês)

Respostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos participantes da



Sessão Plenária

Presidente: Quando nós elaboramos o PAC nós trabalhamos, primeiro, com a definição daquilo que era possibilidade de investimento do governo. Segundo, nós trabalhamos com a possibilidade concreta de que vários dos projetos terão que ser feitos entre parceria pública e privada. Por exemplo, as hidrelétricas que nós queremos fazer no rio Madeira, que são dois projetos de grande envergadura, esses projetos terão que ser feitos em parceria com a iniciativa privada ou, possivelmente, só pela iniciativa privada. Vai depender da capacidade de fazer investimento.

As estradas que nós queremos fazer, nós mandamos para o Congresso Nacional, foi aprovada a Lei do PPP. Nós agora estamos trabalhando com os empresários para construir essas parcerias e começarmos a trabalhar. Agora, enquanto não se constrói essa parceria, porque muitas vezes os empresários são muito desconfiados na hora de fazer os seus investimentos, o governo não pode ficar esperando. O governo tem que, concomitantemente, ao mesmo tempo em que está trabalhando, mudando os marcos regulatórios para que a gente possa atrair empresários para fazer parceria. Nós vamos ter que fazer lição de casa, vamos ter que fazer as nossas tarefas, tem coisas que o Brasil não pode esperar. Se o Brasil não pode esperar porque isso vai atrapalhar o crescimento, nós vamos começar a fazer.

Nós temos aí portos importantes, eu citaria os portos do Rio, portos de São Paulo, porto do Maranhão, Itaqui, porto de Suape, em Pernambuco; porto de Pecém, no Ceará, que são portos importantes para o Brasil, e nós não podemos mais ficar esperando. Estamos há três anos esperando para fazer dragagem e agora nós vamos fazer. Agora, como diz um bom jogador de futebol, ou vai ou racha. Nós não temos tempo para esperar porque isso torna o custo-Brasil maior, isso tira a competitividade do Brasil. O Furlan está aqui e ele sabe que eu sou um entusiasta do crescimento das exportações, trabalho



de forma árdua para que a gente possa vender cada migalha de coisa que nós produzimos no Brasil. E quanto mais estradas nós tivermos, quanto mais ferrovias nós tivermos, quanto melhores forem nossos portos e quanto mais parceria fizermos com os empresários brasileiros, com os empresários estrangeiros, nós teremos condições de alcançar esse nosso sonho.

Eu estou convencido de que na política interna brasileira há compreensão de todo o Congresso Nacional, dos governadores, pode ser que um governador tenha uma crítica aqui, outra ali; um deputado tenha uma crítica aqui, outra ali; mas no fundo, no fundo, eles sabem que esse projeto não são projetos do presidente Lula, não são projetos apenas do governo, são projetos para o Brasil. Se formos competentes e conseguirmos concluir tudo que queremos concluir até 2010, aquele que vier depois de mim vai pegar um Brasil muito mais arrumado do que eu peguei. E é isso que interessa para quem quer investir no Brasil, para quem é brasileiro e, sobretudo, para quem quer governar o Brasil.

Presidente: Olha, eu vou começar pela taxa de juros. É verdade que todos nós – está aqui o presidente do Banco Central, eu, presidente da República, o ministro da Fazenda – todos nós gostaríamos que a taxa de juros no Brasil fosse mais baixa do que é. Acontece que você não consegue reduzir a taxa de juros num passe de mágica, você precisa criar sustentabilidade, confiança política e confiança no mercado para que você possa, de forma dinâmica, ir reduzindo a taxa de juros. Estamos fazendo isso há um ano consecutivo.

Veja, eu digo todo dia que, em economia, tinha um velho político no Brasil de quem eu gostava, que eu admirava, o dr. Ulysses Guimarães, que dizia: “em política econômica, a maioria das coisas que a gente faz, a gente não fala, porque se a gente for falar, a gente não faz.” Então, o Brasil é um país que já teve muitas experiências, ministros que apareciam no governo e tinham um plano mágico, se inventou o plano Collor, plano Verão, plano Bresser, ou



seja, foi se inventando planos. Acontece que cada um deles, seis meses depois, um ano depois, dois anos depois, quebrava. E quando quebrava, o povo ficava com o prejuízo.

Eu tenho dito, desde que tomei posse, que não há mágica em economia, em economia há seriedade. E você há de compreender que nós não tivemos o sucesso econômico que tivemos se não tivéssemos responsabilidade fiscal. Foi exatamente a nossa responsabilidade fiscal que permitiu que o Brasil hoje tivesse superávit de conta corrente, tivesse superávit na balança comercial, tivesse 88 bilhões de dólares de reservas, chegasse a 140 bilhões de exportação, fizesse crescer a renda dos mais pobres, fizesse crescer o salário mínimo. Esse é um comportamento que foi criando nas pessoas a certeza de que nós não estávamos fazendo uma aventura, nós estávamos fazendo um país. É uma coisa mais séria. Portanto, a taxa de juros vai continuar caindo na medida em que a gente for conquistando mais confiança e mais garantia. Quanto mais garantia e quanto mais confiança nós passarmos para a sociedade, mais nós poderemos ir reduzindo a taxa de juros.

É importante lembrar também que uma boa parte do dinheiro, sobretudo os grandes empresários, e eu estou vendo aqui alguns brasileiros, sabem que não é a taxa Selic que norteia o financiamento deles, aqueles maiores conseguem pegar financiamento em dólares, a um preço muito mais barato, aqueles que não querem em dólar vão ao BNDES, que é o grande banco de financiamento da indústria brasileira, e pegam juros hoje a um preço muito barato.

O crédito para a agricultura no Brasil, todo mundo sabe que é um crédito num nível muito, muito importante, que fortalece a agricultura brasileira. O microcrédito é um sucesso extraordinário no Brasil e, sobretudo, o crédito consignado, que é o empréstimo ao trabalhador brasileiro e ao aposentado, com desconto na folha de pagamento, que é um sucesso extraordinário. Eu não posso citar os números aqui, mas devemos chegar quase aos 35 ou 40



bilhões de reais emprestados para o povo. E nós vamos continuar, então, com essa política, e vamos conseguindo reduzir a política de juros.

A responsabilidade fiscal e a política fiscal, eu tenho discutido que todo mundo fala com muita facilidade na questão fiscal do Brasil. Primeiro, o Brasil é um país que tem as coisas razoavelmente arrumadas, fala-se muito de um déficit da Previdência Social, que é de quase 50 bilhões de reais, e eu tenho dito que o déficit não é da Previdência Social, o déficit é porque nós, brasileiros, na Constituição de 88, resolvemos fazer a mais forte política social que um país já fez no mundo, resolvemos enquadrar no sistema de benefícios da Previdência Social 6 milhões de trabalhadores rurais. Depois criamos o Estatuto do Idoso, depois criamos a Lei Orgânica de Seguridade Social. Para ajudar quem? Para ajudar pessoas que não trabalhavam, que tinham uma certa idade, pessoas portadoras de deficiência. Isso tem um gasto de 40 bilhões de reais e é um gasto que o Brasil tem que assumir com os seus pobres. Eu não vejo isso como problema.

Agora, se você pegar a Previdência Social brasileira e pegar aqueles que contribuem, empresários e trabalhadores, e pegar os trabalhadores que contribuem e os que recebem a Previdência, não tem déficit. O déficit é exatamente porque nós incluímos outros agrupamentos de brasileiros e brasileiras dentro de um sistema. Eu digo para o Guido, o déficit é do Tesouro, não é da Previdência. E, portanto, nós não temos que reclamar disso não. Isso é política social para ajudar as pessoas mais pobres do País. Se nós não fizéssemos isso, estavam dormindo na sarjeta ou estavam na cadeia.

Eu não lembro qual foi a terceira. A questão dos portos. Vejam, os portos nós já definimos. Agora, definimos uma primeira vez, as coisas não andaram porque tudo é muito complicado, a legislação é muito complicada e nós, agora, resolvemos transformar isso numa questão de honra, nós vamos transformar os portos brasileiros em portos competitivos com os melhores do mundo.



Presidente: O esforço de conquistar lucro é um esforço bom. Duro é o esforço para evitar o prejuízo, mas para ter lucro está ótimo.

Eu queria dar um palpite, não vou aqui fazer *merchandising* do Brasil e não vou pedir para vocês: visitem o Brasil, invistam no Brasil. Não vou fazer isso não. Isso só vai fazer quem quiser ganhar dinheiro e ter segurança nos investimentos. Pode ir ao Brasil. Mas eu queria dizer para vocês o seguinte: todos vocês têm relações com os governos dos países importantes do mundo.

É importante que os empresários brasileiros participem, ou melhor, os empresários do mundo inteiro participem ativamente no convencimento dos governantes, de que é preciso acontecer um acordo na Rodada de Doha, é preciso acontecer.

Não falo pelo Brasil, porque o Brasil é competitivo em várias áreas, sobretudo, na área da agricultura. O Brasil não tem problema de competir com nenhum país do mundo, mas se nós quisermos dar um sinal aos países mais pobres do Planeta de que eles vão ter chance no século XXI, é preciso que Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, sobretudo esses países mais importantes, assumam a responsabilidade de pactuar esse acordo para que a gente tenha a conclusão de um acordo. E esse acordo é o seguinte: os Estados Unidos têm que desobstruir, diminuir um pouco o subsídio; os países europeus precisam, na verdade, permitir, facilitar, o acesso agrícola dos países mais pobres do mundo. E nós, os países emergentes, estamos dispostos a fazer a nossa concessão em produtos industriais e em serviços, proporcional ao nosso poder, porque na agricultura brasileira nós ainda temos 25% da população. Na Europa vocês têm quanto? Um por cento? Não dá para ser igual, mas se a gente quiser evitar o terrorismo e o crescimento do crime organizado, creiam, a Rodada de Doha é um caminho, ela pode ser o caminho da esperança de milhões de seres humanos que aguardam um gesto nosso.

No ano passado eu liguei para o presidente Bush, liguei para o



presidente Chirac, liguei para o primeiro-ministro Tony Blair, falei com a primeira-ministra da Alemanha, falei com o Zapatero, não falei com Deus porque eu acho que Deus já fez demais por nós. Agora, as pessoas precisam ter sensibilidade. O que a gente não gasta num acordo comercial a gente gasta depois, numa guerra como a do Iraque, uma guerra sem fim.

Então, é preciso que a gente tenha sensibilidade para isso. Esse é o apelo que eu queria fazer aos empresários. Discutam com seus governantes e peçam que eles tenham sensibilidade nesse momento, e vamos fechar um acordo. Posso dizer para vocês que o Brasil cumprirá com a sua parte. O Brasil fará as concessões dentro das suas possibilidades e convencerá o G-20 a fazer, para que os países ricos façam as suas. Agora, é preciso que a Europa e os Estados Unidos se entendam, porque senão não tem acordo.